

OSCILAÇÕES DEMOGRÁFICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS – UMA LEITURA A PARTIR DOS CENSOS OFICIAIS

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda¹

Com o fim da segunda Guerra Mundial tem início uma nova etapa histórica, ocorrendo dentro desse contexto uma reorganização do sistema capitalista, passando a vigorar uma nova divisão internacional do trabalho. Alteram-se as relações econômicas, sociais, políticas, científicas, tecnológicas etc.

A partir desta lógica, os países subdesenvolvidos passam por sensíveis mudanças no processo de incorporação às fronteiras de acumulação produtiva do capitalismo internacional. No território brasileiro, o processo acelerado de urbanização é o um de seus efeitos mais contundentes.

O Estado-nação é cada vez mais subordinado aos interesses do capital transnacionalizado. Globalização, internacionalização, mundialização do modo de produção capitalista são viabilizados graças aos préstimos da ciência e da tecnologia.

No Brasil, a cidade de São Paulo é inicialmente a mais habilitada para a incorporação ao “*novo*” modelo de acumulação. Essa reestruturação econômica² implementa rearranjos espaciais. Espaços de fluxos com uma rede de serviços modernos, onde as especializações produtivas ficam a cargo de poucos lugares. Mas o apelo à participação no processo de reprodução do capital se processa em todos os lugares se não produzindo consumindo.

Analisamos em nossa pesquisa os censos demográficos oficiais para entender como as oscilações demográficas nas cidades brasileiras estão atreladas à inserção do Brasil na economia mundial. Percebemos como a intensificação da presença do capital industrial e financeiro no país amplia o uso do território e acelera o processo de urbanização brasileira. Embora escolhendo o crescimento demográfico como principal variável para construção da análise do crescimento das cidades brasileiras, temos consciência de que o processo de urbanização é uma totalidade e essa consciência permeia nossa reflexão.

¹ Bolsista da FUNCAP- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Universidade de São Paulo-USP
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
E-mail: virginiaholland@ig.com.br

² Segundo Lacerda este novo estilo de desenvolvimento econômico é baseado na difusão acelerada e simultânea de inovações técnicas, organizacionais e financeiras fortemente influenciadas por um novo paradigma tecnológico, a aplicação da microeletrônica, nos diversos ramos, segmentos e setores da indústria e dos serviços, tem levado a uma reestruturação da produção e da divisão internacional do trabalho. (LACERDA, Antônio C. Impactos da globalização na economia brasileira, 1999, p. 21)

O recenseamento é um saber, portanto um poder (...) Essa informação não é somente útil à organização estatal que vê no habitante um contribuinte e um soldado potenciais; interessa, do mesmo modo, à organização econômica, a empresa, que vê no habitante um produtor e um consumidor potenciais. Seria fácil arrolar aqui o que cada organização vê na unidade abstrata que é o 'o homem estatístico' do recenseamento. (Raffestin, 1993; 68-75)

Segundo ainda (Raffestin, 1993), o recenseamento é uma prática bastante antiga, porém no sentido moderno do termo remonta ao fim do século XVIII e sempre representou uma busca de conhecimento da extensão de um "recurso" importante: a população e o domínio do estado sobre esse recurso.

Quanto ao intervalo dos recenseamentos não é uniforme para todos os países, no Brasil o mesmo é de 10 anos, em alguns países europeus o intervalo é apenas de 5 anos e em outras o recenseamento nem existe, ocorrendo apenas estimativas.

1.1 OS PRIMEIROS ARRANJOS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA O QUE REVELAM OS RECENSEAMENTOS

O Brasil até meados da década de 30 do século XX se caracterizava como um país agrário cuja população concentrava-se essencialmente no campo realizando atividades agrícolas. Muitas das cidades eram heranças da forma de delimitação e de ocupação das terras por parte dos portugueses, conforme enfatiza Santos (1994; 17): "(...) no começo a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante"

Escrever sobre a população brasileira, no período anterior aos anos 40, transforma-se em uma difícil tarefa, em parte devido às contagens dos próprios censos, antes desse período os censos não apresentavam de modo separado as populações da sede, das vilas e do campo. Dentro de cada município continha apenas o dado geral. Gaiger (1963),

No decorrer do período colonial, a economia brasileira pautava-se na monocultura voltada para o abastecimento do mercado europeu. Com o ciclo de exploração comercial, essa organização econômica contribuiu para uma organização espacial diferenciada, com apenas cinco áreas merecendo a denominação de cidade, três delas localizadas no Nordeste, conforme Prado Júnior;

No fim do regime colonial as cidades eram insignificantes; apenas cinco mereciam este título – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, São Luís do Maranhão. As demais não

passariam de aldeias; a sua população equivaleria a 5.7% da população total do país, cerca de 2.850.000 hab. (Prado Júnior, In Gaiger, 1963; 20)

O quadro da urbanização brasileira mantém-se sem grandes alterações, do Brasil colonial até a segunda década do século XX (Santos, 1994). As cidades em sua maioria originaram-se através de ações do governo, isso acontecia por cobranças de tributos e/ou por gerenciamento das atividades econômicas. É o caso da cana-de-açúcar, atividade que acabou por contribuir com a criação de pequenas cidades em algumas áreas de Pernambuco e Bahia, razão maior da importância de Recife e Salvador. Este é o exemplo também de Manaus e Belém, que se firmaram através do extrativismo da borracha, e de Fortaleza, com a exploração comercial do algodão no Ceará; graças a essa atividade a capital assiste sua expansão e hegemonia no território cearense.

Nestor Goulart Reis, (In Santos; 1994), analisa o período de urbanização entre 1500 e 1720, destacando três etapas de organização do território brasileiro. Em seus estudos o autor enfatiza a última fase, que termina em 1720, salientando que neste período o país aparece com uma rede urbana constituída por um conjunto de 63 vilas e 08 (oito) cidades.

Algumas cidades aos poucos vão deixando de ser apenas palco administrativo, para abrigar residências nobres, isso ocorre em meados do século XVIII, porém as mudanças mais significativas no que concerne à urbanização só ocorrerão nos séculos seguintes;

(...) no decorrer do século XVIII a urbanização se desenvolve e a 'casa da cidade se torna à residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento de corte da cana'. Bastide, (in Santos, 1994; 19) ; (...) mas, é necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. (Santos, 1994; 19)

No recenseamento de 1872, o Brasil apresenta uma população total de 9.930.478 habitantes, sendo o Rio de Janeiro a maior aglomeração do país, com uma população de 272.972 habitantes enquanto São Paulo aparece com 31.385 habitantes, apresentando assim uma população numericamente inferior às cidades de Recife e Salvador. Com o recenseamento de 1890, São Paulo passa a contar com 239.820 habitantes atingindo a condição da segunda cidade do país em população, mas ficando ainda distante do Rio de Janeiro que contava com 811.443 habitantes naquela época.

Durante o século XIX, o país apresentou um crescimento populacional significativo, mas com a mesma tendência de concentração dentro de cada região. Encontram-se cidades com mais de 35.000 habitantes, onde as cidades mais próximas na mesma região não atingiam 10.000 habitantes, como exemplos desta realidade: Belém e Manaus na região Norte.

No Nordeste brasileiro também no século XIX, as cidades de maior expressão são as mesmas do período colonial, sobretudo as litorâneas, com mais destaque para Salvador e Recife, que no censo de 1872 já abrigavam 129.109 e 116.671 habitantes respectivamente. Nas áreas que compreendem o interior da região são raras as cidades com mais de 15.000 habitantes. Os núcleos maiores além das capitais são Petrolina em Pernambuco, Juazeiro na Bahia e Crato no Ceará.

No Sudeste, para o mesmo período, as aglomerações mais significativas estavam nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para as suas capitais como já foi mencionado, bem como para as cidades mais próximas dessas.

No Sul do País, neste mesmo período, o destaque era para a cidade de Porto Alegre que abrigava uma população de 43.998 habitantes. Quanto à área central do Brasil, o aglomerado urbano mais significativo para a época era Cuiabá com 35.987 habitantes.

De acordo com o censo de 1900, além das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, apenas Salvador e Recife tinham população superior a 100.000 habitantes. Belém não atingia a marca dos 100.000. Mas, já apresentava uma população de 96.560 habitantes. Fortaleza tinha 48.369 habitantes juntamente com mais quatro capitais brasileiras com população superior a 45.000 habitantes, sendo elas: Porto Alegre, Manaus, Curitiba e Teresina. A cidade de Cuiabá, no Centro-Oeste, teve sua população reduzida quase para a metade no período de dez anos, diminuindo de 35.987 em 1872 para 17.815 habitantes em 1900.

Fatores de ordem econômica, política e social, vão aos poucos contribuir para modificar esse processo de urbanização. No início do século XIX, o Brasil continua tendo na economia agrária a sua base econômica e o café como seu principal produto de exportação.

O desajuste econômico nascido após a 1ª Guerra Mundial, ampliado nos anos 20 do século XX, atinge também o nosso país, principalmente no que consiste o preço do café. Com a crescente produção o estoque só aumentava, e junto com ele a dívida do país. Em 1929, o café representava 72.5% das exportações nacionais. Com a “quebra” da bolsa de Nova York neste mesmo ano, a crise se acentuou e o governo brasileiro, na tentativa de manter o preço, queimou milhões de sacas de café.

Mudanças mais profundas nos quadros econômico e demográfico só vão ocorrer a partir de 1930, quando tem início o processo de substituição de importações com implantação de indústrias de bens de consumo não duráveis, como: têxteis e de produtos alimentares. Rio de Janeiro e São Paulo passam a concentrar grande parte dessas indústrias. Começando a se manifestar um processo de urbanização mais intensa em alguns pontos do território, como observa Singer (1977);

Iniciou-se um tímido processo de urbanização com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros de mercados nacionais: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. São Paulo, em particular, dispunha de um mercado regional maior que as demais pois a cafeicultura tinha-se deslocado para o seu *hinterland* (Singer, 1977; 121)

Dentro desse contexto o Estado passa a incentivar também as indústrias nacionais, chegando o ramo têxtil em 1943, a ser o segundo em produção destinada à exportação para países latino-americanos. Nos anos seguintes ao pós-guerra, a indústria brasileira começa a ficar cada vez mais dependente de máquinas e equipamentos estrangeiros.

Quando observado o crescimento total da população brasileira nas primeiras décadas do século XX, no período correspondente a 1920, a mesma era de 30.632.605 habitantes, contra 41.236.315 habitantes em 1940. A taxa de urbanização passa de 10,7% para 26,35%. Essa mudança podendo em parte ser atribuída aos primeiros impactos da indústria brasileira em algumas cidades.

Em síntese, assiste-se, a partir de 1929 e durante toda a década de 30 do século XX, ao crescimento de certos segmentos industriais, principalmente no Sudeste. Muitas indústrias que surgiram estavam ligadas ao capital oriundo da fase áurea do café. Intensificam-se os fluxos migratórios rumo ao Sudeste do país, o que pode ser considerado anúncios das fases seguintes, onde industrialização e urbanização se entrelaçam.

Entretanto, muitas das cidades brasileiras continuam a manter suas antigas funções de centros administrativos e tendo o setor primário como base de sustentação da economia das mesmas. O serviço público desempenha um papel fundamental na vida destas cidades, enquanto algumas poucas crescem em tamanho demográfico, pois dado à lógica expansionista do capitalismo, o uso do território se dava de forma diferenciada.

1.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 30 E 40 DO SÉCULO XX

O Brasil, a partir da década de 30 do século XX com o Estado Novo³, passa por uma maior intervenção do Poder Público no processo de organização territorial do país, no qual a dominação da cidade é sentida. Para Gaiger (1963), neste momento, os interesses dos grupos urbanos se levantam contra os interesses dos grupos dos cafeicultores.

Esse processo vai ocorrer através de ações políticas, objetivando um crescimento da indústria, com todos os seus significados, tais como; a formação de um mercado consumidor dentro do próprio país e incremento do setor terciário para dinamizar esse mercado consumidor. Dentro deste contexto o processo de urbanização é acelerado, ocorrendo um expressivo surgimento de cidades médias;

Quando se torna o elemento dinâmico da economia brasileira, o fato industrial passa acelerar o crescimento urbano de grandes e médias cidades, o qual, por sua vez, suscita movimentos de população do campo para as cidades. (Gaiger, 1963; 100)

Nos anos 40 do século XX, com a crescente industrialização do Sudeste, a urbanização brasileira passa por um crescimento significativo. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo se consolidam como metrópoles nacionais, reunindo em 1940 cerca de 22.2% da população brasileira e na década seguinte passa para 23%. As cidades intermediárias da época continuam concentradas nas áreas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo como exemplo, as cidades de Campinas, Santos e Jundiaí.

Rio de Janeiro e São Paulo apresentando aspectos bem particulares em relação ao restante do território brasileiro, a primeira, com força política e econômica desde o período colonial e por ter se tornado a capital do Brasil, a segunda, como mencionado inicialmente, reunia condições diferentes de outras áreas do país para a reprodução do capital. Em resumo, essas condições eram; a liberação de capital pela agricultura, principalmente do café, e a presença de migrantes estrangeiros com hábitos de consumo diferentes dos já existentes, e também, por ter se constituído esse migrante em mão-de-obra com potencial para ser utilizada no processo de industrialização inicial.

En ce qui concerne les facteurs d' échelle a São Paulo se trouvaient réunies les conditions nécessaires et suffisantes pour attirer les industries comme: l'accumulation du capital, résultant de l' de la culture du café; la proximité de grands marchés consommateurs; la présence d'une masse di

³ Instaurado no Brasil em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas, estende-se até 1945, apoiado pelos militares, as classes dominante e média, caracterizado-se pelos amplos poderes nas mãos do presidente.

migrantes parmi laquelle se recrutent la main-d'oeuvre et les chefs d'entreprises industrielles; une infrastructure de transports qui permettrait l'intégration au réseau du pays et enfin la proximité des points de production d'énergie électrique. (Amora, 1980; 14)

Com o incremento do transporte rodoviário nos anos 40, visava-se facilitar o transporte de produtos agrícolas como: algodão, sisal, mamona, entre outros do Nordeste para as indústrias do Centro Sul do país. Paralelo a esses fluxos acontece ao longo das rodovias o crescimento populacional de muitas cidades no interior do país, surgindo demanda por novos serviços, contribuindo por sua vez, para o surgimento e fortalecimento de alguns centros com novas relações, passando estes a se ligarem diretamente com cidades maiores, sem a mesma ordem hierárquica do início do século.

A região Nordeste passa por alterações demográficas significativas, com a cidade de Recife atingindo a marca de 348.424 habitantes, abrigando assim uma população superior a de Salvador que detinha um contingente de 290.443 pessoas. Belém, na região Norte, passa a ser a sétima cidade brasileira em população, e em seguida às cidades de; Porto Alegre, Belo Horizonte, só depois é que vem Fortaleza seguida de Niterói e Curitiba.

No âmbito geral, o Brasil passa a vivenciar o crescimento de suas principais aglomerações urbanas. Sendo a taxa de urbanização brasileira reveladora deste quadro; em 1940 a população urbana era de 26.35%, saltando em 1960 para 44.67%, atingindo em 1970 a marca de 55.92%, na década de 1980 chega a 67.59%, em 1996 alcança 78,36% de urbanização e segundo o último censo em 2000 chega a 81,25%. (tabela 1.1)

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26.35%, em 1980 alcança 68.86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (Santos 1994; 29)

(tabela 1.1)

Brasil –População Total e População Urbana /1940-2000

Década	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Urb. %
1940	41 236 315	12 880 182	26.35%

1960	70 191 370	31 303 034	44.67%
1970	93 139 037	52 084 984	55.92%
1980	119 002 706	80 436 409	67.59%
1996	157 070 163	123 076 831	78.36%
2000	169 799 170	137 953 959	81,25

Fonte: IBGE –Anuário Estatístico do Brasil

Com o término da 2ª Guerra Mundial em 1945, o Brasil passa por modificações econômicas e políticas significativas e onde os países centrais (re) pensam nos rumos do capitalismo e a reconstrução da força de suas economias. Isso não significava (re) pensar mudanças no que tange a equidade de distribuição, mas, sobretudo, (re) pensar formas de expansão, pois o sistema socialista com o término da 2ª Guerra Mundial havia se fortalecido, a “humanidade”, talvez a partir de então, “começa” a conhecer a força do socialismo real, situação que favorecia os países partidários desse sistema.

A reconstrução econômica dos países capitalistas desenvolvidos não podia se limitar às suas fronteiras, devido a fatores exógenos como: possibilidade de expansão do sistema socialista, e fatores endógenos como reivindicações salariais e limites do consumo, tidos como empecilhos nesta busca de reconstrução.

Uma das saídas encontradas e efetivadas a partir de então, foi a expansão de filiais de empresas estrangeiras em alguns países subdesenvolvidos como o Brasil, país que tinha capital acumulado, vasta mão-de-obra barata, um mercado interno já expressivo, entre outros fatores favoráveis às instalações dessas empresas.

Construía-se, então, a segunda fase da industrialização brasileira, diferente da primeira, pela forte entrada de capital externo, bem como pela aplicação da tecnologia e da ciência a serviço da produção.

Quanto aos reflexos espaciais dessa industrialização sobre o território brasileiro já são bem conhecidos no que diz respeito ao seu caráter concentracionista facilitado sobretudo pelo beneplácito do Estado, cujos investimentos públicos vão alocar-se principalmente no Sudeste do país, no período compreendido entre 1945 a 1955. A título de exemplo, podemos citar a construção da Companhia Vale do Rio Doce, da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional. Situação que favorece cada vez mais a urbanização diferenciada no território brasileiro.

1.3 ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 50 e 60 DO SÉCULO XX

Os fixos⁴ criados pelo Estado brasileiro nos anos 40 contribuíram para que o momento seguinte assistisse a uma grandiosa chegada de multinacionais no país, notadamente no período que compreende os anos 50 e 60, conforme analisa Davidovich (1984; 14): “montado num complexo dispositivo institucional, que inclui a criação de forte suporte financeiro e de incentivos fiscais e creditícios, o Estado ‘bancou’ a industrialização e a modernização do país.”

A partir deste momento dá-se um impacto maior da industrialização sobre a urbanização brasileira. No período de 1940 a 1950, o crescimento populacional total foi de 25%, porém no que concerne à população urbana, o crescimento foi bem superior atingindo a taxa de 45%. Paralelo a urbanização, o Estado acaba proporcionando um novo processo de acumulação, em seguida este mesmo Estado tenta identificar e amenizar os efeitos regionais resultantes de sua política concentracionista, com a criação de órgãos de desenvolvimento regional como veremos adiante.

As áreas que terão maior impulso industrial são aquelas que já manifestavam certos quadros compostos por: crescimento econômico, concentração populacional e de capital, presença de estabelecimentos comerciais, acesso à matéria-prima etc. sendo exemplos: Recife, Salvador e Fortaleza, com menor participação quando comparada aos centros urbanos de maior expressão, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa lógica de acumulação, como foi colocada anteriormente, apresentava-se como um fenômeno de ordem mundial, resultante sobretudo, de uma nova divisão internacional do trabalho e das novas formas de acumulação, pensadas agora em nível global pelos países centrais, acabando por impactar na urbanização de muitos países.

No Brasil essa aglomeração urbana proporciona a multiplicação de cidades com diferentes escalas e aumento das taxas da população urbana sobre a rural. Há redefinições dos papéis de muitas cidades que já tinham expressivo aglomerado urbano, passando as mesmas a sentirem a força do crescimento populacional muito mais expressivo que as possibilidades criadas pelas políticas de investimentos estruturais, acabando por sofrerem grandes mazelas sociais.

⁴ São vistos aqui a luz do pensamento do Professor Milton Santos, estes fixos artificiais são representados pelos (viadutos, estradas, portos, usinas hidrelétricas, empresas de telecomunicações, etc.) fixos e fluxos respondendo as imposições do capitalismo, e este acaba por redefinir os espaços e as relações existentes neles, assim vai se implementando no território brasileiro envolto em um jogo de contradições formas de acumulação cada vez mais segregados, desigual e combinada. (SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 1998)

As políticas urbanas⁵, a partir da década de 60 no governo autoritário, foram assentadas no discurso da segurança nacional e crescimento econômico, esses objetivos atingiam a organização do sistema de cidades, como analisa Davidovich;

A consolidação de uma rede de cidades tem sido assumida como componente espacial de estratégias de desenvolvimento, na medida que compreende unidades funcionais interdependentes, submetidas às regularidades e perseguindo metas comuns. Representariam desde modo um elemento fundamental para a consecução de objetivos de 'equilíbrio' do sistema. (Davidovich, 1982; 17):

Em fins dos anos 50 muitos foram os programas visando amenizar as disparidades regionais, pois essas tinham reflexos preocupantes, entre outros, no processo de urbanização. O programa de maior expressão, foi pensado através do GTDN - Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste – o mesmo apresentou as bases para a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - em 1959. Esse órgão elege a industrialização como a saída para a superação da miséria do Nordeste, contribuindo também para o crescimento do país, pensamento alimentado em parte pela CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina⁶.

A industrialização no Nordeste passa, então quiçá, a ser estímulo à urbanização, principalmente nas capitais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, e em menor escala nas capitais dos outros estados nordestinos e em alguns núcleos urbanos considerados como cidades médias.

Em 1960, o Brasil abrigava seis cidades com mais de 500.000 habitantes sendo elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Já as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes totalizavam 25. A cidade de São Paulo nesse recenseamento ultrapassa o Rio de Janeiro, as duas são as únicas com mais de um milhão de habitantes, enquanto, Recife ocupa o terceiro lugar no cenário demográfico brasileiro.

No Nordeste, na mesma década, cresce a população do interior dos estados e das respectivas capitais, como é caso de Fortaleza onde a população passa de 270.169

⁵ Para Fany Davidovich políticas urbanas de caráter intra-urbano ou " políticas urbanas" se referem 'a cidade, a seu aparelhamento como *locus* de acumulação de reprodução das relações capitalista. (DAVIDOVICH, Fany. Repensando o Brasil pós 60 – **Núcleos de estudos regionais e urbanos**, 1984)

⁶ A CEPAL, enquanto comissão interessada em discutir e apontar soluções para superação do subdesenvolvimento da América Latina, conclui naquele momento que as desvantagens dos países periféricos nas trocas comerciais internacionais podem ser superadas pelo viés da industrialização, em que o estado através do planejamento seria o grande responsável por esta transformação.

habitantes em 1950, para 507.108 em 1960, quase se assiste a uma duplicação demográfica da capital do Ceará nesta década. Mas observa-se ainda para o período o predomínio da população rural. Em 1960, dos 3.296.366 habitantes do estado cearense, cerca de 2.197.465 formava a população rural, contra 1 098 901 de população urbana. Com o crescimento migratório intensificado na década de 80, Fortaleza sozinha passa a abrigar 1.307 611 habitantes, ou seja, entre a década de 60 e a década de 80 num período de 20 anos a população cresceu mais que o dobro na capital, fenômeno que quase se repete nas décadas seguintes, Fortaleza abriga em 2000 uma população de 2.141.402 habitantes. (Tabela 1.2)

(Tabela 1.2)

População residente em Fortaleza no período de 1872-2000

Ano	Pop. Residente
1872	42 458
1890	40 902
1900	48 369
1920	78 536
1940	180 185
1950	270 169
1960	507 180
1970	857 980
1980	1 307 611
1996	1 965 513
2000	2 141 402

Fonte: IBGE – anuário estatístico do Brasil

No Nordeste a taxa superior da população rural sobre a urbana vai ficando para trás. Onde a maior taxa de urbanização é verificada nos estados de Pernambuco e Bahia. Mas o quadro de urbanização deve sempre ser analisado com cautela, pois os dados utilizados, como já foi mencionado, são do IBGE, e este determina em suas contagens como sendo população urbana aquela que vive na sede do município e nas sedes dos distritos. Assim, muitas destas aglomerações são vistas como urbanas, mas na realidade não apresentam características urbanas, visto que só um ou outro serviço público imprime-lhes uma função urbana, por outro lado muitos hábitos urbanos se espalham por toda parte, principalmente através dos meios de comunicações.

1.4 ANOS 70 E 80 DO SÉCULO XX E A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA CONHECE SUA NOVA FACE ...

No início da década de 70, consolida-se no Brasil uma sociedade urbana que tem como característica marcante a redistribuição da população brasileira e no seu sistema de cidades, o censo de 1970, revela pela primeira vez um predomínio da população urbana sobre a rural, com uma taxa de urbanização de 55.92%, correspondendo a um maior número de brasileiros vivendo nas cidades.

Com a institucionalização das regiões metropolitanas em 1973⁷, São Paulo e Rio de Janeiro continuam a receberem contingentes de migrantes, mas a população migrante dirige-se também para as cidades que compõem as suas regiões metropolitanas. Paralelamente ocorrem o crescimento de cidades intermediárias, começando a ocorrer um processo de metropolização como nos fala Souza;

(...) O que é curioso no Brasil é que essa metropolização não está confinada ao território. Não é apenas no eixo Rio-São Paulo que se metropoliza, mas é Sobral no Ceará, é Campina Grande na Paraíba, é Dourados no Mato Grosso do Sul, etc. (Souza, 1982. p.64)

Em 1976, elabora-se até mesmo uma política de apoio às cidades médias, o denominado PNCCPM – Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Médio Porte - visando um sistema urbano mais homogêneo, que propiciasse desenvolvimento econômico e mudanças no destino das migrações.

No estado do Ceará a partir dos anos 70, assiste-se a um fluxo de migrantes para a área central da região metropolitana, e aos poucos esse fluxo vai se deslocando para as cidades desta região, sobretudo após a construção de conjuntos habitacionais e distritos industriais longe da área central, tais como; os conjuntos habitacionais Jereissati I, II, III no município de Pacatuba e a Nova Metrópole no município de Caucaia, entre outros. Esses conjuntos se multiplicaram nas periferias dos grandes centros expressando cada vez mais a materialidade da segregação nas áreas urbanas.

Nos anos 80, o crescimento urbano brasileiro adquire novas feições no qual o fenômeno de concentração e desconcentração engendra novas formas e conteúdos dentro do território.

Ao longo das quatro últimas décadas, tem-se manifestado, no território brasileiro, um processo de desconcentração industrial, tendo por base novas formas de acumulação. As indústrias do “Sudeste” se transferem para as regiões menos desenvolvidas do país, para manterem ou aumentarem suas taxas de lucros, para isso contam com incentivos fiscais,

⁷No Brasil até 1973 o conceito de metrópole só se aplicava às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**, 1994)

mão-de-obra barata, espaços seletivos dotados de infra-estrutura. Tal mudança é facilitada agora pelo uso da técnica, da ciência e da informação, que acaba com as barreiras de produção localizada.

No primeiro momento as transferências destas empresas rumavam para as capitais dos estados e mais tarde para as cidades mais expressivas do interior desses estados, as denominadas cidades médias, propiciando também o surgimento de um terciário mais moderno paralelo a uma crescente informalidade, gerando também novas relações no processo produtivo, envolvendo indústrias pequenas que aumentam suas “relações” com os “setores” mais sofisticados, Singer (1977). Essa expansão monopolista contribuiu para que nas cidades médias acontecessem aqueles estilos urbanos que predominaram nas metrópoles nos anos sessenta, que aparece interpretado nos estudos de Santos;

O estilo urbano implicou grande ampliação do terciário, que atende à reprodução de relações capitalista, juntando sob um mesmo rótulo atividades de circuito superior e de um circuito inferior da economia (Santos, 1979)

A expansão econômica e territorial da urbanização é um mecanismo de organização capitalista do espaço. É uma realidade que sofre alterações a partir dos anos 50, e se amplia cada vez mais devido às mudanças rápidas implementadas pela revolução concedida pelo tripé: ciência, informação e tecnologia.

A taxa de urbanização alcançada pelo Brasil, quando analisada de acordo com cada região, denota significativas diferenças entre as mesmas. O Sudeste apresenta taxas de urbanização superiores às demais regiões. Na década de 40, sua urbanização era da ordem de 39.42%, de longe seguido pelas regiões Norte e Sul, enquanto o Nordeste para o mesmo período apresenta uma taxa de urbanização de 23.42% ficando a frente apenas da região Centro-Oeste.

Em 1980 o Nordeste continua como a região menos urbanizada do país, com uma taxa 50.44%, ou seja, embora sua população urbana tenha crescido, às demais regiões alcançaram índices superiores, principalmente as regiões Sul e Centro-Oeste. Na contagem de 1991, verifica-se o seguinte quadro: o Sudeste atinge uma taxa de urbanização de 88.02%, seguida pela região Centro-Oeste com uma taxa de 81.28%, urbanização impulsionada sobretudo pelas crescentes taxas de migração para Brasília. A região Sul aparece com 74.2%, em seguida aparece o Nordeste com 65.21% de urbanização passando a frente da região Norte, que se apresenta com 59,05%. Quadro esse explicado em parte pelo crescimento das aglomerações em cidades médias. Quanto aos dados de 2000 há um crescimento considerável de urbanização em todas as regiões. (tabela 1.3)

(Tabela 1.3)

Proporção da população urbana, segundo as grandes regiões 1940-2000

Regiões	1940	1960	1980	1991	2000
Sudeste	39.42	57.00	82.81	88,02	90,52
Sul	27.73	37.10	62.41	74,2	80,94
Nordeste	23.42	33.89	50.46	60,65	69,07
Centro-Oeste	21.45	34.22	67.79	81,28	86,73
Norte	27.75	37.38	51.65	59,05	69,87

Fonte: IBGE, censo demográfico de 1960 a 2000 e contagem da população de 1996

As cidades brasileiras com mais de 500.000 habitantes contribuíram no período de 1950-1970 com 48% do crescimento urbano do país, enquanto os centros intermediários, isto é, entre 50.000 e 500.000 tiveram uma participação de 19% contribuindo no período de 1970-1980, com 49% do crescimento populacional brasileiro, o que correspondeu a um aumento de 30%.

1.5 CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS NOS ANOS 90 E INICIO DO SECULO XX

A cidade média⁸ pensada em nível de escala é vista aqui como sendo aquela que não é uma metrópole e nem uma pequena cidade, mas sim uma aglomeração urbana significativa em termos demográficos, em funcionalidade e em relação a sua região, expressando e “gerando” um certo dinamismo econômico, social e político. (Holanda, 2000)

Segundo dados do IBGE e do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no que consiste a evolução dos municípios segundo classes de população, formados por 08 (oito) grupos diferentes, teremos a seguinte realidade: O grupo de municípios entre 100.000 e 499.999 habitantes se localiza em maior quantidade na região Sudeste no total são 99 municípios, acompanhada pelas regiões Sul e Nordeste com 37 e 36 municípios respectivamente, em seguida e bem longe, aparecem as regiões Norte com 12 municípios e Centro-Oeste com 08 (oito).

⁸ Na dissertação de mestrado procuramos desenvolver uma discussão do conceito de cidades médias que contemplasse a realidade dessas cidades no Nordeste, cidades, que embora possuam um número considerável de população em relação à escala regional, estão neste aspecto bem distante das consideradas cidades médias do Sudeste do Brasil. (HOLANDA, Virginia C. H. de. Sobral-CE: Dinâmicas e contradições de uma cidade média. Dissertação de Mestrado. UECE. 2000)

Ainda que esse quadro expresse dados do município, é provável que o grupo na faixa de 50.000 a 99.999 habitantes, tenha expressiva taxa de urbanização, pois como já foi colocado às cidades com mais de 50.000 habitantes passam a desempenhar um papel importante no processo de urbanização nas últimas décadas.

Quando se analisa o grupo entre 50.000 a 99.999 habitantes, pode se observar uma tendência de crescimento demográfico desses municípios no Nordeste, essa região detém 91 municípios nesse grupo, bem próximo do número do Sudeste, que aglutina 101 municípios. (tabela 1.4). Neste intervalo o estado do Ceará aparece com 22 municípios.

Segundo também a tabela 1.4, a concentração maior de municípios do grupo de 500.000 a 999.999 habitantes está nas regiões Sudeste e Nordeste do país, ou seja, embora o Nordeste apareça com uma taxa de urbanização baixa, quando comparada a outras regiões, apresenta essa região um grande número de centros intermediários, ou seja, 06 (seis) grandes aglomerações entre 500.000 e 999.999, e 03 (três) centros com mais de 1.000.000 de habitantes, correspondendo às 03 (três) maiores capitais do Nordeste; Salvador, Recife e Fortaleza .

(Tabela 1.4)

Distribuição espacial da pop. nas regiões brasileiras, segundo classes de tamanho dos municípios – 2000

Grupos de habitantes	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	5.507	448	1.787	1.666	1.159	446
Até 4,9	1.409	115	287	452	410	145
5 a 9,9	1.302	96	394	397	302	113
10 a 19,9	1.350	95	580	346	229	100
20 a 49,9	937	102	390	257	128	60
50 a 99,9	287	26	91	101	51	17
100 a 499,9	192	12	36	99	37	8
500 a 999,9	17	-	6	10	-	1
Mais de 1000.000	13	1	3	4	2	2

Fonte: IBGE e IPEA

As cidades médias metropolitanas cresceram sobretudo na década de 70, já no período de 1980-1991 seu crescimento foi de 36%, contra 41% das cidades médias não metropolitanas. Mas é importante lembrar que essas cidades das regiões metropolitanas continuam com um papel de destaque e novos municípios são incorporados às essas mesmas. Quanto ao crescimento das cidades médias não metropolitanas, cabe destacar que essas vivenciam, não só um crescimento populacional, mas também um surto industrial com desdobramento em setores da economia urbana, como o comércio e os serviços.

Segundo dados do IBGE para o ano de 2000, o Ceará é o terceiro estado mais populoso do Nordeste e esta população se encontra sobretudo nas áreas urbanas, sendo a taxa de urbanização do estado de 71.53 %. As cidades médias não metropolitanas no mesmo ano apresentavam taxas de urbanização superiores a do estado como é caso de: Juazeiro do Norte (95.33%), Sobral (86.63%) e Crato (80.19%).

O processo de urbanização do Ceará como nos demais estados brasileiros é marcado por uma rede urbana dendrítica. Fortaleza, a capital do estado cearense, é a cidade primaz e esta proporcionou a origem da região metropolitana e no restante do território cearense poucas são as cidades que desempenham um papel de destaque.

O que podemos concluir é que o processo de urbanização do território brasileiro sempre foi acompanhado de desequilíbrios demográficos, sociais, políticos e econômicos; proporcionados, sobretudo, pela própria lógica de acumulação, que modifica as relações entre os lugares de acordo com seus interesses, alterando também a distribuição da população dentro do território, "(...) o poder não tem por único objetivo aumentar ou diminuir o estoque; ele se interessa também pela repartição, pela distribuição desse estoque no espaço." (Raffestin, 1993; 79)

Mas nos lugares, permanecem também traços ligados às variáveis próprias, resultantes de processos históricos de ocupação, das características de sua estrutura agrária, das formas de inserção no processo de industrialização, entre outros. Assim, embora muitas cidades assumam novos papéis determinados pela lógica globalizante, existem nessas cidades sujeitos que não são apenas homens numéricos do recenseamento, coisificados, eles lutam para criarem condições amparadas nessas e em outras variáveis ampliando as suas relações com outros espaços e melhorando o cotidiano onde estão, na cidade ou no campo.

REFERÊNCIAS

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In História do Ceará. Org. SOUZA, Simone, 1ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

AMORA, Z.B. & HOLANDA. V.C (1999): Retomando a geografia da população - Reflexões sobre Sobral. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sessão especial: Sobral: cenários e paisagens. Ano 1, nº1, 1999, pp.67-73.

- AMORIM, M.A. (1998): Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. Fortaleza, Banco do Nordeste.
- BARAT, Josef. Introdução aos problemas urbanos brasileiros. RJ. Editora Campus Ltda, 1979.
- BENKO, G. Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI Hucitec, São Paulo, 1996.
- CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo. Contexto, 1992.
- CLARK, David. Introdução a Geografia Urbana. RJ. Bertrand Brasil, 1991.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997
- _____, A rede urbana. São Paulo: Ática, 1994.
- _____, O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993.
- _____, Região e organização espacial. SP: Ática.1991.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Instituto nacional de estudos pedagógicos-(ministério de educação e cultura) série VI sociedade e educação. Coleção o Brasil urbano. (s/l) Vol. 1 – 1963.
- HOLANDA, Virginia C. H. de. Sobral-CE: Dinâmicas e contradições de uma cidade media. Dissertação de Mestrado. UECE. Fortaleza. 2000.
- LIPIETZ, Alain. – O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.
- LACERDA, José Felipe. Elementos de Geografia do RN. 1ª ed. Natal: Editora universitária UNFN, 1988.
- LACERDA, Antonio C. Impactos da globalização na economia brasileira. Contexto, SP. 1999
- Novo Brasil Urbano:impasses, dilemas, perspectivas.* Maria Flora Gonçalves (org). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano/ Ana Fani Alessandri Carlos (org.)- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- PACHECO, C. A. (1999): Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília, col. Textos para Discussão, n°633, IPEA.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo. Ática, 1993.
- RAUD, C (2000): L'industrialisation dans les pays en développement. Une analyse a partir du cas brésilien In: BENKO, G & LIPIETZ, A (org.): La richesse des régions. La nouvelle géographie socio-économique. Paris, Col. Economie en Liberté, P.U.F.
- ROCHFORD, Michel. Redes e sistemas ensinando sobre o urbano e a região. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec. 1994.
- _____, Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico-informacional. SP, Hucitec, 1994. 190 p.
- _____, A Urbanização Brasileira. 2º ed. São Paulo: Hucitec. 1993.
- _____, O espaço como categoria filosófica. Terra Livre.N.5 SP. 1988.
- _____, Por uma Geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____, Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985
- _____, Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo. Editora Brasiliense.1977.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Teoria e metodologia em geografia urbana. Mesa Redonda. AGB. Borrador n.º1. 04 de abril de 1981.

_____, Conexões geográficas: um ensaio metodológico (uma versão preliminar) In. Boletim Paulista de Geografia. n.º 71. 1º semestre. 1992.

_____, A identidade da metrópole. O Processo de Verticalização em São Paulo. São Paulo. HUCITEC, 1994.

_____, Estudos sobre a cidade no Espaço Regional e Nacional: Teoria e Método. In. Os caminhos da Reflexão sobre cidade urbano. CARLOS. Ana Fani A. (org.) São Paulo. Edusp. 1994.

Território brasileiro: usos e abusos. (Org.) Maria Adélia de Souza. Campinas: edições territorial, 2003.

ARTIGOS

ABREU, Maurício de Almeida. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro) In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro- IBGE, 1994.vol. 58,números ¼ publicação trimestral. 21-122, jan/dez)

ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção texto para discussão, número 554, 1998 a.

_____, Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, coleção texto para discussão, número 592, 1998b

DAVIDOVICH, Fany Rachel. Focalizando conceituações no urbano in:Revista Brasileira de Geografia, RJ, 45(1) jan/mar 1983.

_____, Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. In: núcleos de Estudos Regionais e Urbanos. Edição especial de Espaço Debates nº 13. P.12-29. 1984.

OLIVEIRA, F. de (1990): A metamorfose da Arribação - fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. Revista Novos Estudos, nº27, São Paulo, CEBRAP.

SMITH, Roberto. Aspectos da industrialização no nordeste e a dinâmica da acumulação. In: núcleos de Estudos Regionais e Urbanos. Edição especial de Espaço & Debates nº 13. P. 30-76. 1984.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da

Segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: Revista de geografia –AGB- seção local dourados, 1996. (- nº 4 , p. 71-86, set/out/nov).

SERRA, Rodrigo Valente. Desconcentração urbana e oportunidade de trabalho:

um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho nas cidades

médias e regiões metropolitanas brasileiras. In: textos do concurso nacional

de monografias sobre população e desenvolvimento. Brasília,1999. Comissão

nacional de população e desenvolvimento CNPD.

VASCONCELOS (1999): Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986-1996. Brasília, col Textos para Discussão, nº626, Fevereiro de 1999, IPEA.

ESTUDOS, PROJETOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELATÓRIOS

Caracterização da Rede Urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana/ IPEA, IBGE, UNICAMP, Brasília: IPEA, 2001. v.1 v.4

IBGE- Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas Rio de JANEIRO: IBGE, 1968.

IBGE- Anuário estatístico do Brasil – 2001.

IBGE- Anuário estatístico do Brasil – 2003.

IPLANCE- Informações Básicas Municipais –Fortaleza:

SUDENE/SUDECO O fenômeno urbano no estado do Ceará: situação atual e proposições para ação. 1975.

IPLANCE (1999): Anuário Estatístico do Ceará. Fortaleza.

IPLANCE (1999): Índice de desenvolvimento municipal (IDM). Fortaleza.